

# O FINANCIAMENTO DAS IFES BRASILEIRAS E O CUSTO DO ALUNO EM FHC E LULA

Nelson Cardoso **Amaral** – UFG

## Resumo

O estudo calcula o custo médio dos alunos das IFES no período FHC (1995-2002) e no período LULA (2003-2009) utilizando-se de uma modelagem elaborada por Amaral e Pinto (2011). No período FHC há uma queda muito grande no custo médio do aluno e no período LULA há uma pequena elevação no custo, o que parece mostrar que as IFES foram muito pressionadas no período FHC para elevar o quantitativo de estudantes com diminuição nos recursos financeiros e no quantitativo de professores. No período LULA há elevação no quantitativo de alunos, nos recursos financeiros e no número de professores.

**Palavras-Chave:** Custo do Aluno, Financiamento, Educação Superior

## Introdução

Quando se discute o financiamento das instituições de educação superior (IES) um tema que inevitavelmente aparece é o do custo das atividades das instituições. Dentre os diversos custos possíveis, como custo do aluno, custo da pesquisa, custo da extensão, custo dos hospitais universitários, custo das atividades administrativas etc., destaca-se o custo do aluno.

O que mais usual quando se calcula o custo do aluno é simplesmente dividir o total de recursos financeiros aplicados na IES pelo quantitativo de estudantes de graduação. O que ocorre, entretanto, é que há uma heterogeneidade entre as IES e a comparação dos custos entre as instituições se fragiliza. Por exemplo, o custo do aluno de uma IES que desenvolve plenamente as atividades de ensino de graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu*, de pesquisa, de interação com a sociedade, mantém museus, orquestras, hospitais, rádios, TVs etc., terá que ser, claramente, superior ao custo do aluno de uma instituição que só oferece cursos de graduação e desenvolve poucas atividades de pesquisa e de interação com a sociedade.

A formulação de uma modelagem para o cálculo do custo médio do aluno de uma IES tem, portanto, que considerar, obrigatoriamente, a heterogeneidade existente entre as instituições.

As IES privadas dependem quase que exclusivamente das mensalidades pagas por seus estudantes para o seu financiamento, sendo raras as instituições privadas que possuem outras fontes de financiamento alternativo às mensalidades (NEGRI, 1997; SCHWARTZMAN, 1998; AMARAL, 2008) e as IES públicas dependem dos recursos originários dos impostos pagos pela população brasileira. As IES municipais são um caso especial pois são mantidas por fundações de direito privado e as existentes no período anterior à Constituição Federal de 1988 podem continuar a cobrar mensalidades. A tabela 1 apresenta os dados financeiros das IES brasileiras do ano de 2005 que foram apuradas pelo Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP no Censo da Educação Superior de 2006 (BRASIL.INEP, 2011).

**Tabela 1 - Fonte de receitas das IES por origem dos recursos e natureza das instituições 2005**

<b>Fonte do Recurso</b>	<b>Federal</b>	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>	<b>Particulares</b>	<b>Com/Conf/Filan</b>
	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>
União	86,30	1,70	0,31	0,01	0,05
Estados	0,00	86,70	0,22	0,06	0,09
Municípios	0,50	0,00	0,66	0,01	0,09
Estudantes (mensalidades e outros)	0,35	1,34	88,94	88,87	85,88
FIES	0,02	0,00	1,14	3,97	2,65
Bolsas	0,07	0,00	0,92	0,72	3,00
Contratos/Convênios/Mantenedora	10,61	6,33	4,26	3,49	4,12
Outras Receitas	2,14	3,93	3,55	2,87	4,12
	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Fonte: (AMARAL e PINTO, 2011, p.8)					

As IES privadas possuem, em média, quase 90% dos seus recursos oriundos de mensalidades e outros valores pagos pelos estudantes, sendo que pequenos percentuais são oriundos da esfera pública (União, Estados e Municípios) e percentuais que atingem pouco

mais de 10% se originam do Financiamento Estudantil (FIES), de bolsas, contratos, convênios, mantenedoras e outras receitas que as IES possuem.

As IES públicas, em especial as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) – objeto deste estudo – são financiadas com recursos financeiros do Fundo Público Federal (FPF) que contém os impostos, taxas e contribuições que são pagos pela população brasileira. O fato de serem financiadas com recursos do FPF, as IFES tem que disputar o seu financiamento em um espectro muito amplo que envolve diversos atores públicos e privados. O FPF é responsável por financiar programas governamentais relacionados à educação, saúde, saneamento, habitação, assistência social, salário-desemprego, bolsa-família, subsídios à agricultura e à instalação de indústrias, juros subsidiados às empresas privadas, socorro a bancos, renúncia fiscal, pagamento de juros, encargos e amortização das dívidas públicas interna e externa etc.

Imersas nessas disputas sempre se questiona como essas instituições estão sendo financiadas e quais são os custos das suas atividades e, em especial, o custo médio do aluno, procurando compará-lo àqueles de outras IES públicas, privadas, do Brasil e outros países.

Objetiva-se, neste estudo, analisar, sob uma modelagem, o custo do aluno das IFES no período 1995-2009, ou seja, todo o período do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e sete anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (LULA); não é possível, ainda analisar o oitavo ano do governo LULA pela inexistência de informações nos bancos de dados oficiais. A modelagem que será utilizada procura explicitar a complexidade dessas instituições de ensino superior, ao separar recursos que se dirigem ao ensino, daqueles que se dirigem à pesquisa e à extensão (AMARAL e PINTO, 2011).

Iremos, em primeiro lugar, apresentar a metodologia utilizada para o cálculo do custo médio do aluno das IFES, para depois calcular os seus diversos componentes, como recursos financeiros a serem utilizados, percentual de recursos que se dirigiriam para pesquisa e extensão e, finalmente, obter o custo médio do aluno para, em seguida, tecer as conclusões deste estudo.

### **Uma metodologia para o cálculo do custo do aluno das IFES**

As IFES possuem um conjunto de despesas que não se dirigem às atividades fins das instituições que são o ensino, a pesquisa e a extensão. Essas despesas são: o pagamento de aposentados, pensionistas e precatórios e parte do pagamento das despesas dos hospitais universitários, que se caracteriza como serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e que se tornam meramente numa prestação de serviços à sociedade. O Tribunal de Contas da União (TCU) ao apresentar uma modelagem para o cálculo do custo do aluno das IFES considera que

35% dos recursos aplicados nos HUs se dirigem às atividades fins das instituições e que 65% desses recursos financiam as atividades de prestação de serviços de saúde à população, não sendo, portanto, recursos utilizados para a formação de um aluno da instituição. Dessa forma, esses recursos financeiros serão descontados dos recursos totais aplicados nas IFES, para efeito do cálculo do custo do aluno dessas instituições (AMARAL, 2004).

Para o cálculo do custo médio do aluno, além de descontar as despesas com inativos, pensionistas, precatórios e 65% dos recursos dos hospitais universitários por não constituírem gastos que se dirigem aos cursos das instituições, consideraremos ainda que um percentual dos recursos das IFES que se destina para as atividades de pesquisa e extensão também deve ser descontado e, para isto, utilizaremos uma metodologia desenvolvida por Amaral e Pinto (2011).

Essa metodologia considera que:

- 1) Existe uma relação direta entre as despesas com pesquisa ou extensão e a quantidade de professores que trabalham em tempo integral nas instituições.
- 2) Existe uma relação direta entre o percentual das despesas que se destinam à pesquisa ou à extensão e o número de mestres e doutores.
- 3) Existe uma relação direta entre as despesas com pesquisa ou extensão e o percentual de alunos de pós-graduação *stricto-sensu* em relação ao total de alunos das instituições – graduação presencial adicionados aos de pós-graduação *stricto-sensu*.
- 4) Existe uma relação direta entre as despesas com pesquisa ou extensão e a avaliação Capes de seus programas de pós-graduação *stricto-sensu*. (AMARAL e PINTO, 2011, p. 13-14)

Para considerar a relação direta entre as despesas com pesquisa e extensão e a quantidade de professores em tempo integral, a metodologia define um Fator de Tempo Integral (FTI) que é “igual à fração de professores em tempo integral em relação ao total de professores das instituições. Então se, por exemplo, 72% dos professores estão em regime de trabalho de tempo integral, o FTI associado será de 0,72” (AMARAL e PINTO, p. 13). Esse fator é, também, utilizado para relativizar os percentuais presentes nos itens 2, 3 e 4 da metodologia.

Ao considerar que existe uma relação direta entre o percentual de despesas que se destinam à pesquisa ou à extensão e o número de professores mestres ou doutores, a metodologia estabelece que se 100% dos professores tiver a titulação de mestre ou doutor, 50% de suas despesas se dirigirão à pesquisa ou extensão e se nenhum professor tiver essas titulações, não existirá recurso dedicado à pesquisa e extensão. “Valores entre 0% e 100% de professores mestres ou doutores significarão, proporcionalmente, gastos com pesquisa ou extensão entre 0% e 50%, relativizados pelo FTI” (AMARAL e PINTO, p. 13).

A metodologia ao explicitar que “existe uma relação direta entre as despesas com pesquisa ou extensão e o percentual de alunos de pós-graduação *stricto sensu* em relação ao total de alunos das instituições” (IDEM, p. 13) estabelece que “o percentual dedicado às atividades de pesquisa ou extensão, relativizadas pelo FTI, que deve ser adicionado ao percentual do item anterior” (IBIDEM, p.13) é exatamente o percentual de alunos de pós-graduação *stricto sensu* existente nas instituições.

O último componente considerado na metodologia é o conceito Capes de seus programas de pós-graduação. Dessa forma, a modelagem “considera que o percentual de alunos de pós-graduação *stricto sensu* e o total de alunos será o percentual dedicado às atividades de pesquisa ou extensão, relativizados pelo FTI, que deve ser adicionado aos percentuais dos itens anteriores” (IBIDEM, p. 14).

Conhecido esse percentual total dos recursos que se dirigem, pela modelagem, para a pesquisa e a extensão obtém-se o volume de recursos das IFES a ser considerado no cálculo do aluno. A obtenção do custo médio do aluno das IFES será obtida ao se dividir esse volume de recursos pelo número total de estudantes de graduação presencial adicionado aos estudantes de pós-graduação *stricto sensu*. Note-se que não são considerados nesta metodologia os alunos de educação a distância, pós-graduação *lato sensu*, ensino fundamental, ensino médio, ensino profissional, cursos de extensão etc.

### **O volume de recursos financeiros a ser utilizado no cálculo do custo do aluno**

Os recursos financeiros totais, todas as fontes, aplicados nas IFES no período 1995-2009 estão registrados na tabela 2, corrigidos pelo IPCA, a preços de janeiro de 2011 e em R\$ milhões. Essa tabela mostra ainda os valores aplicados nas IFES como percentuais do PIB.

<b>Tabela 2 – Recursos financeiros totais, todas as fontes, aplicados nas IFES e o percentual do PIB</b>			
(Valores em R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA, a preços de janeiro de 2011)			
<b>Ano</b>	<b>Total de recursos, todas as fontes</b>	<b>Valor do PIB</b>	<b>% do PIB</b>
	(A)	(B)	(%A/B)
1995	16.087,00	1.992.589,14	0,81
1996	13.912,00	2.058.775,63	0,68

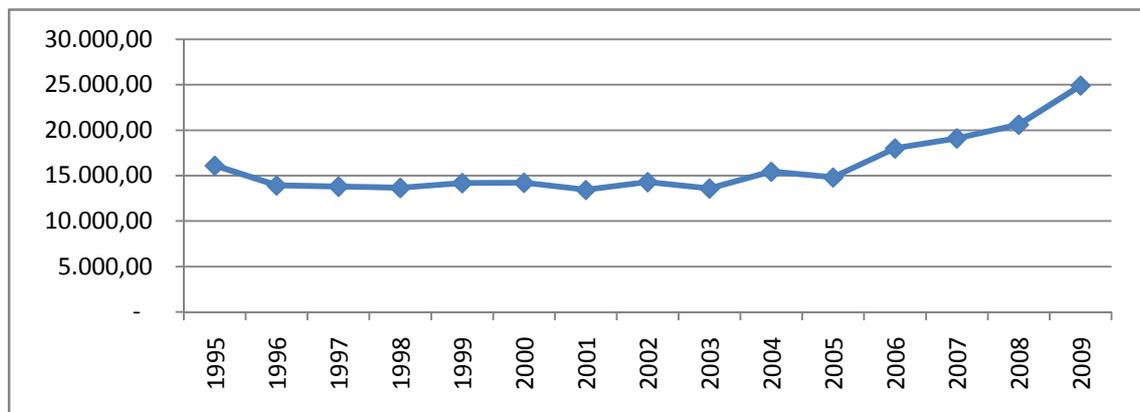
1997	13.793,00	2.142.552,35	0,64
1998	13.641,00	2.164.931,04	0,63
1999	14.174,00	2.245.355,62	0,63
2000	14.201,00	2.323.079,43	0,61
2001	13.424,00	2.400.456,00	0,56
2002	14.285,00	2.512.056,00	0,57
2003	13.573,00	2.518.969,56	0,54
2004	15.418,00	2.698.848,43	0,57
2005	14.791,00	2.792.981,15	0,53
2006	17.986,00	2.958.299,71	0,61
2007	19.096,00	3.205.949,42	0,60
2008	20.594,00	3.456.036,67	0,60
2009	24.890,00	3.461.574,83	0,72

Fonte: Execução Orçamentária do Governo Federal ([www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)), Séries Históricas do Ipeadata ([www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)) e cálculos deste estudo

Os gráficos 1 e 2 ilustram a evolução dos valores totais aplicados nas IFES e esses valores como percentuais do PIB, respectivamente.

#### Gráfico 1 - Recursos financeiros totais, todas as fontes

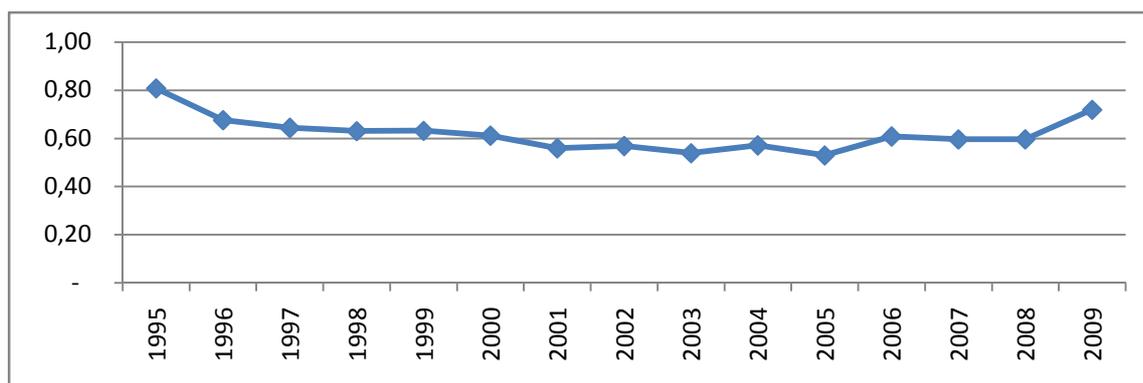
(Valores em R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA, a preços de janeiro de 2011)



Fonte: Execução Orçamentária do Governo Federal ([www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)) e elaboração deste estudo

#### Gráfico 1 - Recursos financeiros totais, todas as fontes como percentual do PIB

(Valores em R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA, a preços de janeiro de 2011)



Fonte: Séries Históricas do Ipeadata ([www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)) e elaboração deste estudo

No período FHC houve uma redução dos recursos totais aplicados nas IFES de R\$ 16.087,00 milhões para R\$ 14.285,00 milhões, ou seja, uma redução de 11,2%. No período LULA, os recursos foram de R\$ 13.573,00 em 2003 para R\$ 24.890,00 em 2009, o que significou uma elevação de 83,4%.

Examinando o gráfico que apresentou os valores relativamente ao PIB, verifica-se que no período do governo FHC houve uma redução de 0,81% para 0,57% e, no período LULA o percentual de 2003 foi de 0,54% e o percentual de 2009 foi de 0,72%. Portanto, a elevação dos valores, em reais, no governo LULA não foi suficiente para alcançar o percentual de 0,81% do primeiro ano do governo de FHC.

Na metodologia que estamos utilizando serão descontados dos valores totais, todas as fontes, aplicados na IFES e que constam da tabela 3, os pagamentos de inativos, pensionistas, precatórios e 65% dos recursos aplicados nos hospitais universitários. A tabela 3 apresenta os valores dos recursos a serem descontados.

**Tabela 3 – Valores a serem descontados para o cálculo do custo médio do aluno**

(Valores em R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA, a preços de janeiro de 2011)

Ano	Inativos e pensionistas (A)	Precatórios (B)	65% dos recursos dos Hus (C)	Valor a ser descontado dos recursos totais das IFES para o cálculo do custo médio do aluno (A+B+C)
1995	3.470,00	667,00	399,75	4.536,75
1996	3.290,00	395,00	379,60	4.064,60
1997	3.373,00	848,00	349,05	4.570,05

1998	3.636,00	677,00	410,15	4.723,15
1999	3.930,00	510,00	410,15	4.850,15
2000	3.865,00	486,00	410,15	4.761,15
2001	3.818,00	292,00	410,15	4.520,15
2002	4.207,00	285,00	410,15	4.902,15
2003	4.713,00	221,00	410,15	5.344,15
2004	4.441,00	645,00	410,15	5.496,15
2005	4.670,00	164,00	410,15	5.244,15
2006	5.083,00	205,00	410,15	5.698,15
2007	5.077,00	262,00	410,15	5.749,15
2008	5.090,00	359,00	410,15	5.859,15
2009	5.799,00	276,00	1.371,50	7.446,50

Fonte: Execução Orçamentária do Governo Federal ([www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)) e cálculos deste estudo

Os valores aplicados nos HUs, a partir do ano de 1999 até o ano de 2008 foram todos considerados idênticos ao de 1998. Nesse período os recursos aplicados nos hospitais forma misturados aos das instituições e, também, vinculados a fundações de apoio. A partir de 2009 os recursos foram desmembrados dos recursos das IFES.

A tabela 3 nos mostra que os valores financeiros a serem descontados no período FHC ficaram praticamente constantes e no período LULA eles sofreram uma expansão, de R\$ 5.344,15 milhões para R\$ 7.446,50 milhões.

Dessa forma, os recursos financeiros a serem utilizados como base para o cálculo do custo do aluno serão aqueles da tabela 4.

<b>Tabela 4 – Valor base para o cálculo do custo médio do aluno</b>			
(Valores em R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA, a preços de janeiro de 2011)			
<b>Ano</b>	<b>Total de recursos todas as fontes</b>	<b>Total a ser descontado dos recursos totais, todas as fontes</b>	<b>Valor base para o cálculo do custo médio do aluno</b>
	(A)	(B)	(A-B)

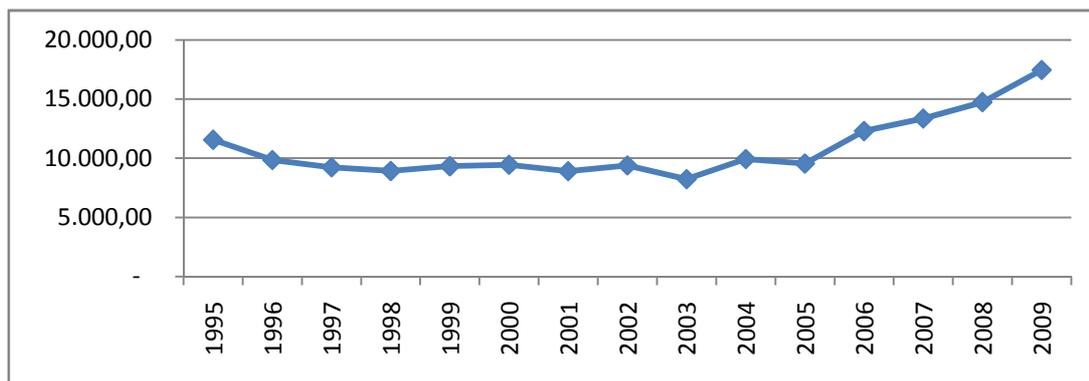
1995	16.087,00	4.536,75	11.550,25
1996	13.912,00	4.064,60	9.847,40
1997	13.793,00	4.570,05	9.222,95
1998	13.641,00	4.723,15	8.917,85
1999	14.174,00	4.850,15	9.323,85
2000	14.201,00	4.761,15	9.439,85
2001	13.424,00	4.520,15	8.903,85
2002	14.285,00	4.902,15	9.382,85
2003	13.573,00	5.344,15	8.228,85
2004	15.418,00	5.496,15	9.921,85
2005	14.791,00	5.244,15	9.546,85
2006	17.986,00	5.698,15	12.287,85
2007	19.096,00	5.749,15	13.346,85
2008	20.594,00	5.859,15	14.734,85
2009	24.890,00	7.446,50	17.443,50
Fonte: Execução Orçamentária do Governo Federal ( <a href="http://www.camara.gov.br">www.camara.gov.br</a> ) e cálculos deste estudo			

De acordo com a metodologia utilizada neste estudo, a partir do valor base é que serão descontados os percentuais que devem se dirigir para financiar as atividades de pesquisa ou de extensão das IFES.

O gráfico 3 ilustra a evolução dos valores base para o cálculo do custo do aluno.

### Gráfico 3 – Evolução dos valores base

(Valores em R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA, a preços de janeiro de 2011)



Fonte: Execução Orçamentária do Governo Federal ([www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)) e elaboração deste estudo

Os valores base a serem utilizados para o cálculo do custo médio do aluno no período FHC sofreu uma redução de R\$ 11.550,25 milhões para R\$ 9.382,85 milhões, ou seja, uma diminuição de 18,8%. No período LULA, os valores base sofreram uma evolução de R\$ 8.228,85 milhões para R\$ 17.443,50 milhões, o que resultou num crescimento de 112,0%

#### O percentual dos recursos financeiros que se dirigem para a pesquisa ou extensão

A metodologia adotada neste estudo para o cálculo do custo médio dos alunos das IFES retira do volume base de recursos apresentado na tabela 4 um percentual de recursos que se destina ao financiamento da pesquisa e da extensão. Para o cálculo desse percentual é preciso que apuremos as seguintes informações: o número total de funções docentes; o número de mestres ou doutores; o número total de alunos de mestrado ou doutorado e a média dos conceitos Capes dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. A tabela 5 apresenta essas informações.

Ano	Alunos de graduação	Funções Docentes	Prof. tempo Integral	Prof. MS ou DR	Alunos de MS ou DR	Média Capes
1995	366.314	50.887	35.566	25.051	52.882	4,06
1996	387.684	47.610	35.659	24.708	49.606	4,06
1997	396.621	51.873	42.951	28.875	53.870	4,06
1998	407.406	48.272	38.465	29.247	50.270	4,06
1999	442.562	46.687	38.594	31.147	48.686	4,02
2000	481.624	49.888	42.338	33.819	51.888	4,00

2001	497.930	50.790	42.681	34.785	52.791	4,10
2002	521.016	49.492	41.647	35.287	51.494	4,06
2003	551.031	49.873	41.331	36.391	51.876	3,99
2004	554.816	51.213	42.329	37.680	53.217	4,13
2005	557.891	52.588	43.792	38.408	54.593	4,08
2006	563.426	53.489	44.587	40.887	55.495	4,02
2007	577.492	57.203	48.412	44.640	59.210	4,10
2008	607.801	58.252	49.977	46.238	60.260	4,04
2009	770.895	70.704	57.646	55.319	72.713	3,99
Fonte: Censo da Educação Superior (1995-2009) (www.inep.gov.br) , Estatísticas GEOCAPES (www.capes.gov.br)						

O quantitativo de alunos de graduação em cursos presenciais cresceram 110,4%, de 1995 para 2009. No período FHC (1995-2002) o crescimento foi de 42,2% e no período LULA (2003-2009) o crescimento foi de 40,0%

O número total de funções docentes decresceu no período FHC, de 50.887 para 49.492 e, no período LULA, houve um crescimento de 49.873 para 70.704, um incremento de 41,8%. Em 1995 o número total de docentes em tempo integral significava 70% do total de funções docentes e em 2009, esse percentual subiu para 82%.

O número de professores mestres e doutores evoluiu no período FHC de 25.051 para 35.287, um aumento de 40,9% e, no período LULA, de 36.392 para 55.329, o que significou uma elevação de 52%.

A evolução no número de estudantes de mestrado e doutorado mostrou no período FHC valores estabilizados, no entorno de 50.000, sendo que no período LULA, o quantitativo variou de 52.876 para 72.713, uma elevação de 40,2%.

A média dos conceitos Capes se manteve acima de 4,00 no período FHC e nos anos de 2003 e 2009, sob o governo LULA os conceitos foram de 3,99.

Nos cálculos das três parcelas que resultam no percentual total de recursos que se dirigiriam à pesquisa ou extensão há o componente Fator de Tempo Integral que relativize os valores das parcelas. O FTI é a fração de professores que trabalham em tempo integral nas IFES e seus valores estão calculados na tabela 6.

<b>Tabela 6 – Cálculo do Fator de Tempo Integral (FTI)</b>			
<b>Ano</b>	<b>Nº. total de funções docentes</b> (A)	<b>Nº. total de docentes em tempo integral</b> (B)	<b>FTI</b> (B/A)
1995	50.887	35.566	0,70
1996	47.610	35.659	0,75
1997	51.873	42.951	0,83
1998	48.272	38.465	0,80
1999	46.687	38.594	0,83
2000	49.888	42.338	0,85
2001	50.790	42.681	0,84
2002	49.492	41.647	0,84
2003	49.873	41.331	0,83
2004	51.213	42.329	0,83
2005	52.588	43.792	0,83
2006	53.489	44.587	0,83
2007	57.203	48.412	0,85
2008	58.252	49.977	0,86
2009	70.704	57.646	0,82

Fonte: Censo da Educação Superior (1995-2009) ([www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)) e cálculos deste estudo

O FTI das IFES passou de 0,70, ou seja, 70%, em 1995, para 84% em 2002, no período FHC, e está em 82% no ano de 2009, sob o governo LULA.

A primeira das parcelas que fornece o percentual de recursos para pesquisa e extensão em função da titulação dos professores está calculada na tabela 7 em que é considerada a fração dos professores com a titulação de mestre ou doutor, relativizado pelo FTI.

**Tabela 7 – Percentual de recursos para pesquisa e extensão em função da titulação dos docentes**

Ano	Nº. total de funções docentes (A)	Nº. total de prof. mestres e doutores (B)	% de prof. mestres e doutores (%B/A)	FTI	% para pesquisa e extensão (item 2 da metodologia)
1995	50.887	25.051	49,2	0,70	17,2
1996	47.610	24.708	52,0	0,75	19,4
1997	51.873	28.875	55,7	0,83	23,1
1998	48.272	29.247	60,6	0,80	24,1
1999	46.687	31.147	66,7	0,83	27,6
2000	49.888	33.819	67,8	0,85	28,8
2001	50.790	34.785	68,5	0,84	28,8
2002	49.492	35.287	71,3	0,84	30,0
2003	49.873	36.391	73,0	0,83	30,2
2004	51.213	37.680	73,6	0,83	30,4
2005	52.588	38.408	73,0	0,83	30,4
2006	53.489	40.887	76,4	0,83	31,9
2007	57.203	44.640	78,0	0,85	33,0
2008	58.252	46.238	79,4	0,86	34,1
2009	70.704	55.319	78,2	0,82	31,9

Fonte: Censo da Educação Superior (1995-2009) ([www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)) e cálculos deste estudo

Em função da elevação do percentual de professores com os títulos de mestre ou doutor no período FHC, de 49,2% para 71,3% e no período LULA, de 73,9% para 78,2%, os percentuais que se dirigiram à pesquisa e à extensão se elevou de 17,2% para 30,0% no período FHC e de 30,2% para 32,0% no período LULA.

A segunda das parcelas que fornece o percentual de recursos para pesquisa e extensão, em função da quantidade de alunos de pós-graduação *stricto sensu*, em relação à soma de alunos de graduação e de pós-graduação, relativizado pelo FTI, está na tabela 8.

**Tabela 8 - Percentual de recursos para pesquisa e extensão em função dos alunos de pós-graduação**

<b>Ano</b>	<b>Nº. total de alunos de graduação (A)</b>	<b>Nº. total de alunos de mestrado e doutorado (B)</b>	<b>% de alunos de mestrado e doutorado (%B/A)</b>	<b>FTI</b>	<b>% para pesquisa e extensão (item 3 da metodologia)</b>
1995	366.314	23.352	6,4	0,70	4,5
1996	418.533	30.849	7,4	0,75	5,5
1997	429.988	33.367	7,8	0,83	6,4
1998	442.754	35.348	8,0	0,80	6,4
1999	482.118	39.556	8,2	0,83	6,8
2000	527.256	45.632	8,7	0,85	7,3
2001	544.226	46.296	8,5	0,84	7,1
2002	570.046	49.030	8,6	0,84	7,2
2003	603.337	52.306	8,7	0,83	7,2
2004	609.195	54.379	8,9	0,83	7,4
2005	616.226	58.335	9,5	0,83	7,9
2006	626.521	63.095	10,1	0,83	8,4
2007	645.750	68.258	10,6	0,85	9,0
2008	681.651	73.850	10,8	0,86	9,3
2009	852.127	81.232	9,5	0,82	7,8

Fonte: Censo da Educação Superior (1995-2009) ([www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)), Estatísticas GEOCAPES ([www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)) e cálculos deste estudo

No período FHC o percentual de alunos de mestrado e doutorado passou de 6,4% para 8,6% e no período LULA a evolução foi de 8,7% para 9,5%. A segunda parcela, que fornece o percentual de recursos para a pesquisa e extensão cresceu no período (1995-2009) de 4,5% em 1995 para 7,8% em 2009.

E, por último, a parcela relacionada ao percentual de recursos para pesquisa e extensão em função dos conceitos Capes dos programas de pós-graduação, que se encontra explicitada na tabela 9.

<b>Tabela 9 - Percentual de recursos para pesquisa e extensão em função dos conceitos Capes</b>				
<b>Ano</b>	<b>Média dos conceitos Capes</b>	<b>% para pesquisa e extensão sem FTI</b>	<b>FTI</b>	<b>% para pesquisa e extensão (item 4 da metodologia)</b>
1995	4,06	4,86	0,70	3,39
1996	4,06	4,86	0,75	3,64
1997	4,06	4,86	0,83	4,02
1998	4,06	4,86	0,80	3,87
1999	4,02	4,79	0,83	3,96
2000	4,00	4,75	0,85	4,03
2001	4,10	4,93	0,84	4,14
2002	4,06	4,86	0,84	4,09
2003	3,99	4,73	0,83	3,92
2004	4,13	4,98	0,83	4,11
2005	4,08	4,89	0,83	4,07
2006	4,02	4,79	0,83	3,99
2007	4,10	4,93	0,85	4,17
2008	4,04	4,82	0,86	4,14
2009	3,99	4,73	0,82	3,86

Fonte: Estatísticas GEOCAPES ([www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)) e cálculos deste estudo

As médias dos conceitos Capes dos programas de pós-graduação *stricto sensu* tiveram uma amplitude de variação pequena, de 3,99 em 2003 e 2009 para 4,13 em 2004, o que resultou em percentuais para pesquisa e extensão com pequenas flutuações.

O percentual total para pesquisa e extensão, adição das três parcelas calculadas anteriormente, está mostrado na tabela 10.

<b>Tabela 10 – Percentual total para pesquisa e extensão no cálculo do custo médio do aluno</b>				
<b>Ano</b>	<b>1ª. Parcela para pesquisa e extensão</b> (Prof. MS ou DR)	<b>2ª. Parcela para pesquisa e extensão</b> (Alunos MS ou DR)	<b>3ª. Parcela para pesquisa e extensão</b> (Conceitos Capes)	<b>% total para pesquisa e extensão</b>
1995	17,2	4,5	3,4	25,1
1996	19,4	5,5	3,6	28,6
1997	23,0	6,4	4,0	33,5
1998	24,1	6,4	3,9	34,4
1999	27,6	6,8	4,0	38,3
2000	28,8	7,3	4,0	40,1
2001	28,8	7,1	4,1	40,1
2002	30,0	7,2	4,1	41,3
2003	30,2	7,2	3,9	41,3
2004	30,4	7,4	4,1	41,9
2005	30,4	7,9	4,1	42,4
2006	31,9	8,4	4,0	44,2
2007	33,0	8,9	4,2	46,1
2008	34,1	9,3	4,1	47,5
2009	31,9	7,8	3,9	43,5

Fonte: Cálculos deste estudo

Os dados mostram que houve um crescimento do percentual que se dirigiria para as atividades de pesquisa e extensão, de 25,2% em 1995 para 43,5% em 2009. Este crescimento se apresentou pelo fato da modelagem utilizada considerar o número de professores com

mestrado e doutorado que cresceu muito, de 49,2% do total de funções docentes para 78,2%, também pela elevação no número de alunos de mestrado e doutorado, que representava 6,4% do total de alunos e passou a representar 9,5%.

#### **A evolução do custo do aluno**

O volume de recursos a ser utilizado para o cálculo do custo médio do aluno, pela metodologia apresentada, está na tabela 11 em que são retirados os recursos para pesquisa e extensão, utilizando os percentuais da tabela 10.

<b>Tabela 11 – Montante de recursos financeiros para o cálculo do custo médio do aluno</b>			
(Valores em R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA, a preços de janeiro de 2011)			
<b>Ano</b>	<b>Valor base para o cálculo do custo médio do aluno</b>	<b>% total para pesquisa e extensão</b>	<b>Montante de recursos financeiros para o cálculo do custo médio do aluno</b>
1995	11.550,25	25,05	8.656,65
1996	9.847,40	28,59	7.031,86
1997	9.222,95	33,49	6.134,13
1998	8.917,85	34,37	5.852,81
1999	9.323,85	38,31	5.751,62
2000	9.439,85	40,14	5.650,57
2001	8.903,85	40,06	5.336,62
2002	9.382,85	41,32	5.505,71

2003	8.228,85	41,34	4.826,92
2004	9.921,85	41,90	5.764,80
2005	9.546,85	42,36	5.502,33
2006	12.287,85	44,24	6.851,40
2007	13.346,85	46,14	7.189,08
2008	14.734,85	47,48	7.738,70
2009	17.443,50	43,53	9.851,05
Fonte: Cálculos deste estudo			

O montante de recursos financeiros para o cálculo do custo médio do aluno variou no período FHC de R\$ 8.656,65 milhões em 1995 para R\$ 5.500,57 milhões em 2002 – diminuição de 36,5% e no período LULA, evolui de R\$ 4.826,92 milhões em 2003 para R\$ 9.851,05 milhões em 2009 – aumento de 104,1%.

O quantitativo de alunos das IFES, adicionando-se os de graduação presenciais com os de pós-graduação *stricto sensu*, que são considerados nesta metodologia para o cálculo do custo médio do aluno, estão apresentados na tabela 12.

<b>Tabela 12 – Total de alunos para o cálculo do custo médio do aluno</b>			
<b>Ano</b>	<b>Nº. de alunos de graduação presenciais</b>	<b>Nº. de alunos de mestrado e doutorado</b>	<b>Nº. total de alunos para o cálculo do custo médio do aluno</b>
1995	366.314	23.352	366.314
1996	387.684	30.849	418.533
1997	396.621	33.367	429.988
1998	407.406	35.348	442.754
1999	442.562	39.556	482.118
2000	481.624	45.632	527.256
2001	497.930	46.296	544.226
2002	521.016	49.030	570.046

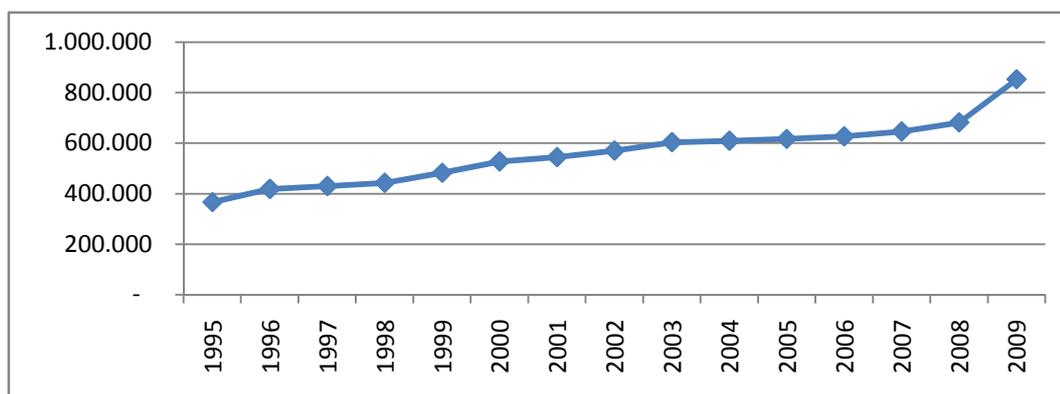
2003	551.031	52.306	603.337
2004	554.816	54.379	609.195
2005	557.891	58.335	616.226
2006	563.426	63.095	626.521
2007	577.492	68.258	645.750
2008	607.801	73.850	681.651
2009	770.895	81.232	852.127

Fonte: Censo da Educação Superior (1995-2009) ([www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)) , Estatísticas GEOCAPES ([www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)) e cálculos deste estudo

No período 1995-2009 há uma grande elevação, tanto no quantitativo de alunos de graduação presencial, 110,4%, quanto no quantitativo de alunos de mestrado e doutorado, 247,9%. No governo FHC o número de alunos de graduação cresceu 42,2% e o número de alunos de mestrado e doutorado cresceu 110,0%. Nos sete anos de governo LULA esses percentuais foram 39,7% e 55,2%, respectivamente. No governo FHC o total de alunos cresceu

O gráfico 4 ilustra o crescimento do quantitativo de alunos das IFES, incluindo-se apenas aqueles dos cursos de graduação presenciais e os de pós-graduação *stricto sensu*.

Gráfico 4 – **Número total de alunos para o cálculo do custo médio do aluno**



Fonte: Censo da Educação Superior (1995-2009) ([www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)),

Estatísticas GEOCAPES ([www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)) e elaboração deste estudo

O custo médio do aluno é calculado dividindo-se os recursos presentes na tabela 11 pelo número de alunos da tabela 12 e a série histórica do custo está expressa na tabela 12.

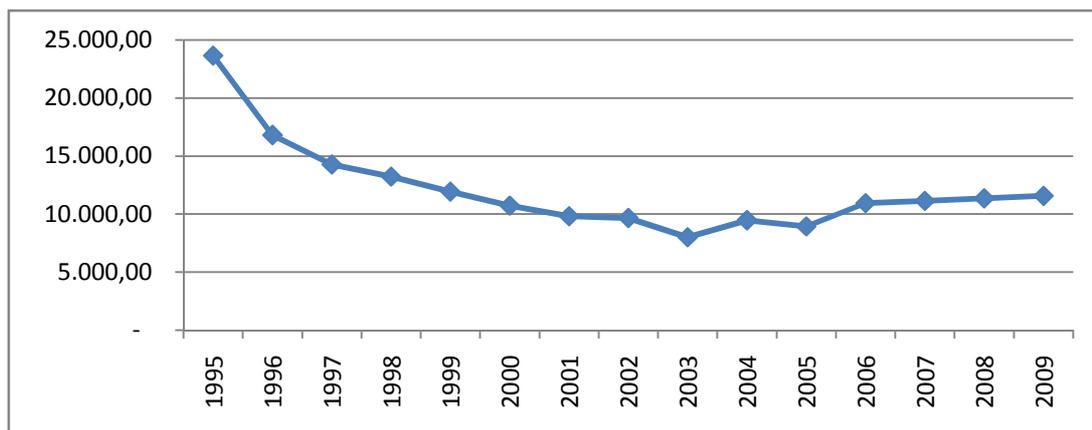
**Tabela 13 – O custo médio dos alunos das IFES (1995-2009)**

<b>Ano</b>	<b>Montante de recursos financeiros para o cálculo do custo médio do aluno</b>	<b>Nº. total de alunos para o cálculo do custo médio do aluno</b>	<b>Custo Médio do Aluno</b>
1995	8.656,65	366.314	23.631,78
1996	7.031,86	418.533	16.801,22
1997	6.134,13	429.988	14.265,82
1998	5.852,81	442.754	13.219,10
1999	5.751,62	482.118	11.929,90
2000	5.650,57	527.256	10.716,94
2001	5.336,62	544.226	9.805,89
2002	5.505,71	570.046	9.658,36
2003	4.826,92	603.337	8.000,38
2004	5.764,80	609.195	9.462,99
2005	5.502,33	616.226	8.929,08
2006	6.851,40	626.521	10.935,63
2007	7.189,08	645.750	11.132,92
2008	7.738,70	681.651	11.352,88
2009	9.851,05	852.127	11.560,54

Fonte: Execução Orçamentária do Governo Federal ([www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)), Censo da Educação Superior (1995-2009) ([www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)) e cálculos deste estudo.

O gráfico 5 ilustra a evolução do custo médio do aluno, utilizando-se a metodologia apresentada neste estudo.

Gráfico 5 – Evolução do custo médio do aluno das IFES



Fonte: Elaboração deste estudo

Há, portanto, uma queda drástica no custo médio do aluno no período de FHC, de R\$ 23.631,78 para R\$ 9.658,36 e, no período LULA há uma pequena elevação de R\$ 8.000,38 em 2003 para R\$ 11.560,54 em 2009. Examinando-se as informações utilizadas para o cálculo do custo médio do aluno verifica-se que a queda drástica no período FHC se deveu à conjunção de dois fatores, diminuição no volume de recursos financeiros em 11,2% (tabela 2) e crescimento no número de estudantes de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* em 55,6% (tabela 12). No período LULA houve crescimento nos recursos financeiros de 83,4% (tabela 2) e também no quantitativo de estudantes, 41,2% (tabela 12), refletindo-se na pequena elevação presente no gráfico 5.

### Considerações finais

Utilizando outra metodologia que se aproxima muito da utilizada neste estudo – elaborada por Amaral e Pinto (2011), Amaral calculou a evolução do custo médio do aluno das IFES no período 1995-2001 (2004) e os resultados obtidos foram compatíveis com aqueles deste estudo. Nesse estudo Amaral questiona se no período FHC existiriam “setores com real ociosidade” (IDEM, 2004, p. 11) ou se essas instituições estiveram pressionadas por um conjunto de ações políticas para que elas elevassem o quantitativo de estudantes, mesmo tendo a redução de recursos financeiros e do número de professores de seus quadros.

A análise do período 2003-2009, em que foi possível elevar o custo médio do aluno, elevando recursos financeiros, matrículas e número de professores, parece indicar que, realmente, as IFES viveram no período FHC uma enorme pressão governamental e de diversos setores da sociedade para que a queda drástica do custo médio do aluno ocorresse.

Com a expansão promovida no governo LULA por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) (BRASIL.MEC, 2007) há, ainda, que se examinar como será a evolução do custo médio do aluno das IFES no período 2010-2016, quando o quantitativo de alunos devido à expansão que se estenderá até 2012 se estabilizará. Há, também, que se desenvolver estudos e pesquisas que procurem examinar como está a qualidade das atividades desenvolvidas pelas IFES e como elas estariam atuando para resolver os problemas enfrentados pela sociedade.

### **Referências Bibliográficas**

AMARAL e PINTO, J.M.R. O Financiamento das IES Brasileiras em 2005: recursos públicos, privados e custo dos alunos. *Série Estudos*, UCDB, n. 30 (julho-dezembro de 2010), Campo Grande-MS, 2011.

AMARAL, N. C. Evolução do Custo do Aluno das IFES: Eficiência? *Avaliação* (Campinas), Campinas - SP, v. 9, n. 2, p. 115-125, 2004.

BRASIL.CAMARA. Execução Orçamentária do Governo Federal 1995-2009. Obtido em: <[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)> Acessado em 26 de março de 2011. Brasília-DF.

BRASIL.CAPES. Estatísticas GEOCAPES. Obtido em: <[www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)> Acessado em 23 de março de 2011. Brasília-DF.

BRASIL.INEP. Censo da Educação Superior – 1995-2009. Obtido em: <[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)> Acessado em 20 de março de 2011. Brasília-DF.

BRASIL.IPEA. Séries Históricas do IPEA 1995-2009. Obtido em: <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)> Acessado em 27 de março de 2011. Brasília-DF.

BRASIL.MEC. Normas para a implementação do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Brasília-DF, 2007.

NEGRI, B. Financiamento da Educação no Brasil. Em: *Textos para divulgação*. (Série Documental-1). Brasília: MEC/INEP, 1997.

SCHWARTZMAN, J. *Questões de financiamento nas universidades brasileiras*. 63. Reunião Plenária do CRUB, 22 a 24 de março de 1998. Fortaleza, 1998.

